



ARSENAL DO ALFEITE

RELATÓRIO E CONTAS
2013



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I. OBJECTIVOS DE GESTÃO	7
II. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA	9
III. ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	10
PERSPECTIVA GLOBAL DA ACTIVIDADE	10
PERSPECTIVA SECTORIAL DA ACTIVIDADE	11
PRINCIPAIS ACTIVIDADES COMERCIAIS POR SECTOR DE NEGÓCIO	13
REPARAÇÃO NAVAL MILITAR	13
REPARAÇÃO NAVAL COMERCIAL	13
CONSTRUÇÃO NAVAL	13
IV. RECURSOS HUMANOS	14
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	14
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16
ACÇÃO SOCIAL	17
SAÚDE NO TRABALHO	18
V. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	19
VI. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	22
VII. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	25
VIII. PERSPECTIVAS FUTURAS	26
IX. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	27
Situação Económica	27
Situação Financeira e Patrimonial.....	31
X. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
XI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	35
1. Nota Introdutória.....	50
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	51
3. Principais Políticas Contabilísticas	51
3.1 Activos fixos tangíveis.....	52
3.2 Intangíveis.....	54
3.3 Transacções e saldos em moeda estrangeira	55
3.4 Locações.....	55
3.5 Inventários.....	55



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I. OBJECTIVOS DE GESTÃO	7
II. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA	9
III. ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	10
PERSPECTIVA GLOBAL DA ACTIVIDADE	10
PERSPECTIVA SECTORIAL DA ACTIVIDADE	11
PRINCIPAIS ACTIVIDADES COMERCIAIS POR SECTOR DE NEGÓCIO	13
REPARAÇÃO NAVAL MILITAR	13
REPARAÇÃO NAVAL COMERCIAL	13
CONSTRUÇÃO NAVAL	13
IV. RECURSOS HUMANOS	14
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	14
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16
ACÇÃO SOCIAL	17
SAÚDE NO TRABALHO	18
V. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	19
VI. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	22
VII. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	25
VIII. PERSPECTIVAS FUTURAS	26
IX. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	27
Situação Económica	27
Situação Financeira e Patrimonial	31
X. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
XI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	35
1. Nota Introdutória	50
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	51
3. Principais Políticas Contabilísticas	51
3.1 Activos fixos tangíveis	52
3.2 Intangíveis	54
3.3 Transacções e saldos em moeda estrangeira	55
3.4 Locações	55
3.5 Inventários	55



3.6 Activos e passivos financeiros.....	56
3.7 Imparidade de activos financeiros.....	57
3.8 Provisões e passivos contingentes.....	57
3.9 Subsídio.....	58
3.10 Imposto sobre o rendimento.....	58
3.11 Rédito.....	59
3.12 Trabalhos para a própria entidade.....	61
3.13 Julgamentos e estimativas.....	61
3.14 Acontecimentos subsequentes.....	62
3.15 Especialização dos exercícios.....	62
4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro.....	63
4.1. Risco de crédito.....	63
4.2. Risco de liquidez.....	64
5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros.....	64
6. Fluxos de Caixa.....	66
7. Partes Relacionadas.....	66
8. Activos Tangíveis.....	67
9. Activos Intangíveis.....	70
10. Participações Financeiras.....	72
11. Locações.....	72
11.1 Locação Financeira.....	72
11.2 Locações Operacionais.....	73
12. Inventários.....	74
13. Clientes.....	75
14. Estado e Outros Entes Públicos.....	76
15. Outras Contas a Receber e a Pagar.....	76
16. Diferimentos.....	79
17. Composição do Capital Social , Reservas e Resultados Transitados.....	80
18. Outras Variações de Capital Próprio.....	80
19. Fornecedores.....	82
20. Imposto Sobre o Rendimento.....	82
21. Rédito.....	85
22. Subsídios à Exploração.....	86
23. Fornecimentos e Serviços Externos.....	87



24. Gastos com Pessoal.....	88
25. Outros Rendimentos e Ganhos	89
26. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	90
27. Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....	90
28. Contratos de Prestação de Serviços em Curso.....	90
29. Resultado por Acção.....	91
30. Outras Informações	91
31. Eventos Subsequentes	92
32. Informações Sobre Matérias Ambientais.....	92
ANEXO AO RELATÓRIO E CONTAS	93



RELATÓRIO E CONTAS 2013

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração tem desenvolvido elevados esforços para que o projecto de internacionalização da empresa iniciado no ano transacto seja uma realidade.

Infelizmente a exploração no ano de 2013 não reflectiu o esforço desenvolvido, embora a Administração esteja confiante neste desiderato, para o ano de 2014. Continuam a existir condicionamentos internos à operação em mercados internacionais e mantém-se uma grande dependência face ao Orçamento de Estado, representando este, no corrente ano, 93% do volume de negócios, mas notoriamente insuficiente para assegurar a sustentação das capacidades técnicas da Arsenal do Alfeite,SA (AA,SA).

Assim a AA,SA apresenta um prejuízo próximo dos 4,9 M€, mas mantem as capacidades para oferecer no futuro e no mercado global um conjunto de competências, que necessariamente se traduzirão num retorno muito superior ao custo acumulado de manutenção das ditas capacidades.

Desta forma a Administração formula votos de grande sucesso para a aproximação que se tem vindo a realizar com a Marinha Real de Marrocos.

Infelizmente, no domínio do Projecto e Construção, pilar estratégico de desenvolvimento, ainda não se conseguiu a concretização da pretendida entrada nos mercados que perseguimos; mas estamos confiantes que o futuro próximo se revele promissor, após a passagem desta profunda crise que a todos tem afectado, mas com uma incidência particular nos mercados em que operamos.

Por último, para o terceiro pilar estratégico, designado por Projectos Especiais, perspectivam-se associações e parcerias, a nível internacional, que assegurem transferências de tecnologia susceptíveis de dinamizar a economia nacional, trazendo-lhe elevado valor acrescentado, com os correspondentes ganhos para a nossa empresa.



É com este quadro de referencia que se espera da comunidade que trabalha no Arsenal, um elevado grau de empenho e profissionalismo pois apenas com base em valores deste natureza, asseguramos que o projecto em que estamos envolvido é um projecto de sucesso.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administrador

Jorge Joaquim Crujo Camões

Administrador

José Miguel Antunes Fernandes

Administrador

Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. OBJECTIVOS DE GESTÃO

Dando cumprimento ao preconizado pelo Artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de Outubro foram emanados pelo Accionista em sede da Assembleia Geral Anual de 21.03.2013, objectivos gerais de gestão para a Arsenal do Alfeite, S.A. no ano de 2013, os quais se centram no necessário equilíbrio financeiro da empresa, enquanto objectivo claro e inequívoco.

Assim, e entre outras de natureza distinta, foram determinadas pelo Accionista diversas medidas de redução de despesa, destacando-se a manutenção das orientações quanto a remunerações dos órgãos sociais em função da alteração à Lei do Gestor Público no ano de 2012.

Tendo em consideração o aprovado em sede de Plano de Actividades, Orçamento aprovado e Plano de Redução de Despesa, julgamos dever evidenciar a redução dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) em 393 mil euros, com um patamar de actividade efectivo próximo do estimado. Esta redução de quase 400 mil euros deveu-se, essencialmente, a uma redução de 349 mil euros nos subcontratos (contratações externas).

Assim, considera-se ter sido atingido o patamar máximo de poupanças pois a contracção destas rubricas face ao ano anterior é, a nosso ver, extremamente significativa.

No que respeita ao equilíbrio financeiro, poder-se-á referir que o Resultado Líquido Negativo registado no ano de 2013, no montante de -4,9 milhões de euros, se traduz como o eco do cumprimento deficitário do estabelecido no Contrato de Concessão.

Assim, e não obstante se verificar uma melhoria de 0,6 Milhões de euros, revela-se a mesma insuficiente para assegurar a exploração equilibrada do exercício, uma vez que o patamar dos custos operacionais, bem como, as restrições impostas pelo Contrato de Concessão impossibilitam o desejável equilíbrio de exploração.



O Resultado de exploração antes de depreciação regista uma melhoria face ao ano anterior de 700 k € passando para -1,7M €.

Por fim, salienta-se a inexistência da divulgação de quaisquer recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.



II. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

A empresa cumpriu as orientações emanadas pelo accionista, nomeadamente as resultantes da Assembleia Geral de aprovação de contas de 2012, bem como as decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas públicas. Salienta-se, ainda, o cumprimento de todas as deliberações unânimes por escrito emanadas pelo Accionista no decorrer do ano de 2013.



III. ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

PERSPECTIVA GLOBAL DA ACTIVIDADE

A actividade da empresa caracterizou-se, no ano de 2013, por alguma estabilidade de carteira de encomendas relativamente ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, com a realização das docagens e acções de manutenção planeada dos navios patrulhas NRP “Cuanza” e NRP “Zaire”, e da corveta NRP “António Enes”. Uma vez mais, mercê da enorme morosidade no desenrolar dos procedimentos administrativos associados às intervenções de maior vulto, neste caso do NRP “Zaire” e NRP “António Enes”, a maioria do esforço produtivo do estaleiro ocorreu de uma forma temporalmente assimétrica, tendo sido maioritariamente concentrada no segundo semestre. O primeiro semestre foi, em larga medida, centrado no NRP “Cuanza” e nos trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) nos navios da Marinha Portuguesa. No segundo semestre, em particular no período entre Agosto e o final do ano, existiu um enorme acréscimo do volume de trabalhos, decorrente das acções de manutenção planeada anteriormente referidas.

Será relevante mencionar que as acções de manutenção dos NRP “Zaire” e da corveta NRP “António Enes” são os primeiros contratos de cariz plurianual a serem celebrados entre a Arsenal do Alfeite, SA e a Marinha Portuguesa, passo fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a realização de acções de manutenção planeada, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano.

Ao nível da vertente de internacionalização da actividade da empresa, é importante registar a docagem do primeiro navio combatente de uma Marinha estrangeira, mais exactamente o segundo navio da Marinha Real de Marrocos a reparar no estaleiro, a fragata “Hassan II”, a qual iniciou uma reparação no estaleiro a 02 de Setembro de 2013, tendo não apenas cumprido mas encurtado o prazo inicialmente previsto, completando a sua estada em doca seca, e saindo do estaleiro no dia 14 de Outubro. Tal como no caso do seu predecessor de 2012, o BSL “Dakhla”, o apoio dado pelo estaleiro não se resumiu aos aspectos fabris, tendo sido assegurado o apoio logístico à guarnição do navio, desde o alojamento, à alimentação e transportes internos, que asseguraram o interface usualmente requerido por este tipo de cliente, bem como a maximização da eficiência deste projecto, reforça-se, iniciado e concluído de em antecipação ao planeamento original. A vertente internacionalização, por via dos projectos da Marinha Real de Marrocos, ganha relevância global no negócio do estaleiro, e perspectiva-se uma relação de

continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível de docagens simples, mas também das grandes intervenções planeadas dos navios da esquadra desta Marinha.

A actividade inerente aos clientes que não Marinhas (nacionais e estrangeiras), especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na facturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras, para clientes distintos, como sejam a Svitzer, Rebosado, Transtejo S.A., e a Lisnave. Uma vez mais, confirma-se que o mercado comercial, embora atractivo em períodos de menor actividade em obras do cliente principal é, na generalidade, caracterizado por um produto de baixo valor acrescentado, de rentabilidade marginal, sendo que a competitividade no mercado nacional obriga à prática de preços a valores dificilmente coadunáveis com uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A., moldada para se constituir como “one stop shop” (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares. A prossecução desta vertente deverá ser encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa.

Ao nível da reparação e manutenção industrial, o ano de 2013 pautou-se por um crescimento deste nicho de mercado. Este deveu-se não apenas à fidelização dos usuais clientes dos serviços prestados pelos laboratórios do estaleiro, nomeadamente as OGMA entre outros, mas também mercê de uma bem sucedida dinâmica de business development encetada ao nível nacional, associada a uma focalização e convergência nas áreas alvo, tendo existido uma carteira de serviços prestados muito diversificada, embora centrada na reparação e reabilitação de componentes de sistemas e máquinas industriais pesadas, de onde se destacam a AFAVIAS, a ECV, a Navalrocha e a FISIFE.

PERSPECTIVA SECTORIAL DA ACTIVIDADE

De forma análoga ao ano de 2012, ao nível sectorial da actividade interna, mais exactamente às actividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, verificou-se em 2013 uma muito significativa discrepância de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Electricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um muito reduzido nível de actividade face às valências e capacidade instaladas no estaleiro. Esta assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas foi uma vez mais potenciada pela inexistência de acções de manutenção de vulto em navios combatentes, ou seja, de navios do tipo fragata em Revisão Intermédia, onde a incorporação de obra neste sector tecnológico tem uma expressão muito importante.



É importante e vital reter a percepção de que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, e da Electrónica representam as actividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializam a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa), muitas vezes de numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um “custo de soberania”, que não se encontra suportado de forma consistente. O espartilhar progressivo dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efectuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e conseqüentemente do estaleiro manter em pleno a sua actividade nestes sectores específicos. Corre-se hoje o risco, mercê do decréscimo da população fabril por passagens à reforma (sem realimentação de Recursos Humanos devido às barreiras legislativas impostas) e da inactividade por inexistência de obra (que origina perda de competências por insuficiente exposição ao trabalho técnico de elevada complexidade), que as valências e capacidades ainda residentes no estaleiro se desgastem progressivamente até a um patamar de exiguidade, que ditará a sua extinção.

Será ainda importante referir que a existência deste nicho de tecnologia e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não apenas ao nível da formação de recursos humanos, mas também de actualização de formação, e acima de tudo de exercício da actividade. Uma simples análise de mercado demonstra que este sector de capacidade do estaleiro é substancialmente mais económico que o recurso à subcontratação, se esta for possível, cifrando-se em diferenciais de acréscimo de preço de mercado sempre superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, SA. Assim, uma vez extintas as referidas capacidades, o único recurso residirá nos grandes grupos industriais multinacionais do sector, com a incorporação não apenas de custos directos e indirectos substancialmente mais altos, mas também da introdução de factores de perturbação como sejam a inexistência de capacidade de resposta em tempo, a indisponibilidade de capacidade para prestação de serviços de natureza inopinada e urgente, ou mesmo a inexistência das valências pretendidas no mercado. Haverá, por isso que ser equacionado ao nível das instâncias que tutelam a empresa qual o rumo estratégico que se pretende estabelecer, pois dentro do actual, e dos

constrangimentos supra mencionados, a extinção a curto prazo destas capacidades será uma realidade.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES COMERCIAIS POR SECTOR DE NEGÓCIO

REPARAÇÃO NAVAL MILITAR

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar, há a destacar os seguintes projectos:

- Pequena Revisão + Docagem do patrulha “Cuanza”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem do patrulha “Zaire”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem da corveta “António Enes”, da Marinha Portuguesa;
- Docagem da fragata “Hassan II” da Marinha Real de Marrocos;
- Docagem do Navio Oceanográfico “Gago Coutinho”, da Marinha Portuguesa;
- Pequena Revisão + Docagem da lancha “Hidra”, da Marinha Portuguesa;
- Alagem e reparação geral de duas UAM, “Levante” e “Enchente”, da Direcção-geral de Autoridade Marítima;
- Reparação (QL3) dos motores geradores MTU da propulsão do submarino “Tridente”, da Marinha Portuguesa;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa;

REPARAÇÃO NAVAL COMERCIAL

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projectos:

- Docagem do rebocador “Montebelo” da Svitzer, S.A.;
- Docagem do rebocador “Sobreda” da Rebosado, S.A.;
- Reparação geral (W6) do motor propulsor MTU (com montagem integral em oficina) do ferry “Madragoa”, da Transtejo S.A.;
- Reparação de componentes e subsistemas de bordo, de armadores diversos, para a Lisnave S.A.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval, apesar de inúmeras acções desenvolvidas, há a destacar apenas o seguinte projecto:

- Execução do projecto de Barco rabelo para actividade marítimo-turística no Rio Douro, da empresa Douro Azul – Sociedade Marítimo-turística, S.A.

IV. RECURSOS HUMANOS

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

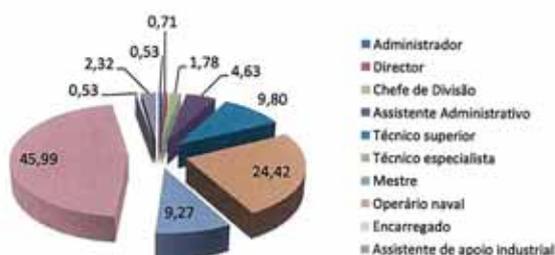
Partindo de um efectivo de 597 elementos, a Arsenal do Alfeite, S.A., viu diminuir esse número em 36 unidades, fechando o ano com 561 trabalhadores. A redução do efectivo ficou a dever-se a uma política de admissões restritiva e ao número de saídas voluntárias registado.

Em 31 de Dezembro de 2013, o efectivo apresentava a seguinte distribuição por vínculo:

Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	2
Acordo de cedência de interesse público	510 (11 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	5
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	36
Contrato de trabalho a termo certo	5

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:

Distribuição por Categoria



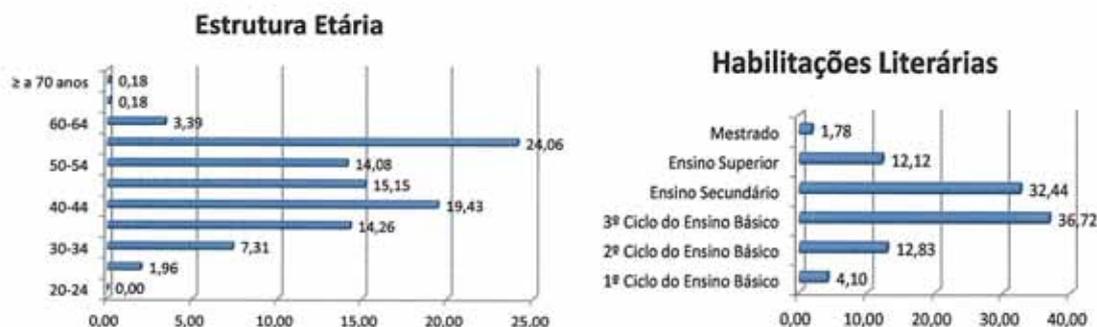
Distribuição por Sexo



A idade média subiu situando-se nos 46,8 anos e a estrutura habilitacional revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico, apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores. Regista-se, no entanto, a



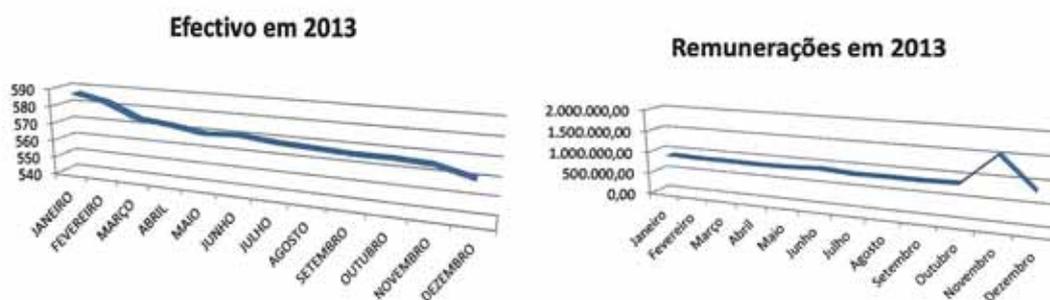
tendência para a redução das frequências relativas aos primeiro e segundo ciclos do ensino básico.



Em 2013 registou-se uma redução significativa do absentismo, sendo o índice de ausência de 5,4%. Inversamente, a rotação externa subiu relativamente ao ano anterior, para os 4%. Este índice ficou a dever-se ao número de saídas registado – 41, pois as entradas reduziram-se a 3 contratos de trabalho celebrados com ex-militares já em serviço na empresa e 2 regressos, de licença sem retribuição.

A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, particularmente, na Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

A gestão de carreiras foi, igualmente, condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2013 pela progressiva diminuição do efectivo e dos encargos com remunerações permanentes.

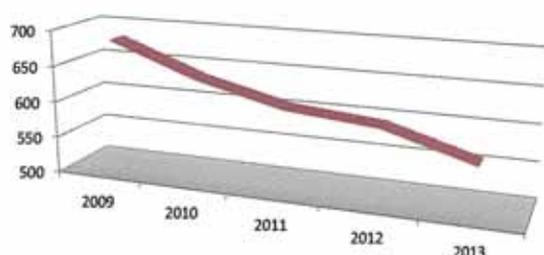


A redução do efectivo de pessoal e dos gastos a si associados corresponde a tendência verificada escassos meses após o início da actividade industrial da empresa, em 1 de Setembro de 2009, como comprovam as representações gráficas seguintes. A aparente inversão da

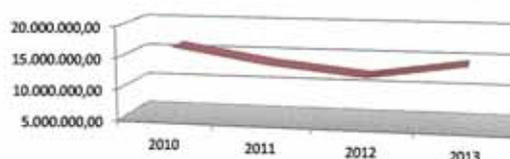


tendência dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, no ano de 2013, e ao aumento da comparticipação da empresa para a Caixa Geral de Aposentação, que passou de 15% para 20%.

Evolução do Efectivo de Pessoal



Evolução dos Gastos com Pessoal SNC



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Assumindo que o reforço da formação profissional enquanto factor potenciador da qualificação dos trabalhadores é determinante para o aumento da produtividade, executou-se o plano de formação para 2013, ajustado às disponibilidades e necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa e à formação ministrada nas escolas da Marinha, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de acções de formação frequentadas	88
Número de horas de formação ministradas	8.978
Número de participantes	286

Na sequência de contacto com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, foi estabelecido protocolo de parceria com a Escola Secundária do Monte de Caparica no âmbito do novo modelo de ensino profissional, aguardando-se a concretização de cursos de cariz técnico nos quais a Arsenal do Alfeite, S.A., possa participar, com especial enfoque na prática oficial.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios em contexto de trabalho a 23 estudantes, sendo 10 do ensino superior e os restantes 13 de cursos profissionais do ensino secundário.



ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram do referido protocolo os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 5 anos, nos seguintes quantitativos:

Ano lectivo de 2010/2011	35 Crianças
Ano lectivo de 2011/2012	30 Crianças
Ano lectivo de 2012/2013	30 Crianças
Ano lectivo de 2013/2014	20 Crianças

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto, destacando-se os torneios de *futsal* e de pesca, do convívio, destacando-se a maratona nocturna de pesca, as comemorações do Natal e do dia da Arsenal do Alfeite, e da cultura, destacando-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos.

No âmbito cultural, refira-se a realização da 4ª edição do “Arsenal Photo”, subordinada ao tema *As Profissões*. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, revelou a actividade profissional como arte e engenho no dia-a-dia, como elemento principal da indústria naval, promovendo a identificação dos trabalhadores com a dinâmica actual da organização.

Com o objectivo de apoio directo aos trabalhadores, foram celebradas e renovadas parcerias com várias associações e empresas da área do desporto, das telecomunicações e da saúde.

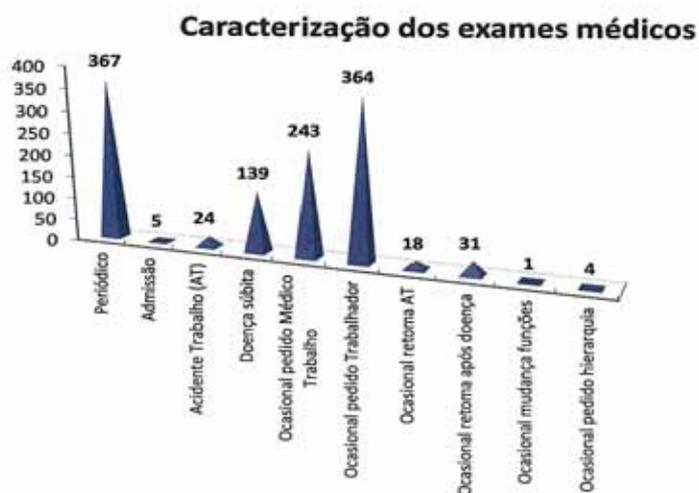
Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 254 dádivas. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, a favor de jovens portadores de deficiência.



O ano de 2013 ficou marcado pela renovação do refeitório do pessoal, concluída no final do ano. Os projectos e obras foram realizados com os recursos internos, aproveitando áreas de construção sem utilização desde 2009. O espaço remodelado, de dimensões mais adequadas ao número de comensais, oferece melhores condições de conforto e salubridade face à antiga sala de refeições.

SAÚDE NO TRABALHO

A actividade obrigatória de saúde no trabalho é desenvolvida através de serviço interno. Este, garante as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde, e a prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito conta com os serviços de um médico do trabalho e de um enfermeiro durante o período normal de laboração.

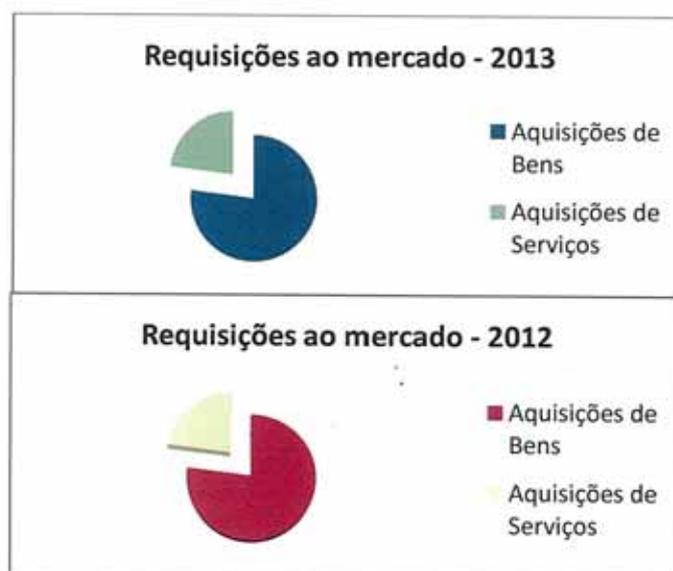


V. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da Contratação Pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CPP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, por força do preconizado na subalínea ii), da alínea a) do n.º 2 do Artigo 2º do mencionado diploma.

Os procedimentos adoptados cumpriram o disposto no CPP em matéria de aquisição de bens e serviços, não tendo existido transacções fora das condições de mercado.

Durante o ano de 2013, foram efectuadas 3.222 requisições ao mercado (2.990 em 2012).



Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.801	86,93%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	341	10,58%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	65	2,02%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	9	0,28%
Superior ou igual a 100.000€	6	0,19%
	3.222	100%

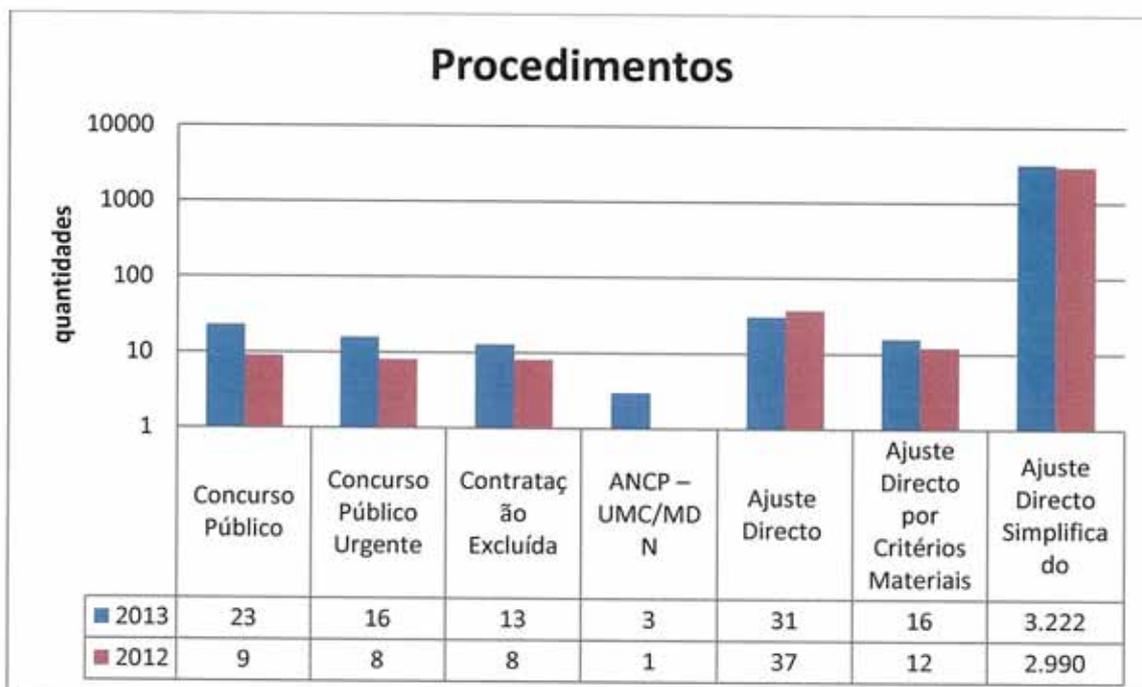
Em virtude da actividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, cerca de 86% das requisições ao mercado



dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adoptado foi o “Ajuste Directo Simplificado”.

No que respeita aos procedimentos de contratação adoptados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Electricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”, e o recurso a procedimentos mais complexos, nomeadamente o Concurso Público e o Concurso Público Urgente, mesmo quando o valor base da aquisição permitiria adoptar o Ajuste Directo.

Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%
Concurso Público	23	0,72%
Concurso Público Urgente	16	0,50%
Contratação Excluída	13	0,40%
ANCP – UMC/MDN	3	0,90%
Ajuste Directo	31	0,96%
Ajuste Directo por Critérios Materiais	16	0,50%
Ajuste Directo Simplificado	3.120	96,83%
	3.222	100%



No que respeita à existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, salienta-se que o Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da Arsenal do Alfeite, S.A (cuja última revisão ocorreu em Janeiro de 2013) prevê a monitorização e controlo dos procedimentos de contratação Pública.

Neste âmbito foram aprovados em 2012, mantendo-se inalterado em 2013, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e recepção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de Fornecedores.

A avaliação do devido cumprimento das regras previstas nos procedimentos acima elencados é efectuada mediante 1 auditoria externa e outra interna, com frequência anual.

Nos termos do Despacho nº438/10-SETF, de 10 de Maio, não foram efectuados pela empresa, contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

No ano de 2013, não foram celebrados contratos com valor superior a 5 M€.

VI. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de prestação de informação das Entidades Públicas Reclassificadas no perímetro das administrações públicas na óptica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A. presta informações às seguintes entidades

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (SIOE)

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de Novembro, a AASA procedeu ao carregamento e actualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTAL (SIGO)

Em conformidade com o artigo 65º do diploma de execução orçamental, Decreto-Lei nº 32/2012, de 13 de Fevereiro, procede-se, mensalmente, ao carregamento dos encargos com o pessoal no SIGO.

SISTEMA DE NOTAÇÃO ESTATÍSTICO NACIONAL

Nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, procede-se ao preenchimento do inquérito trimestral aos empregos vagos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ESTADO PARA 2013

Em conformidade com o Artigo 58º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei nº 36/2013, de 11 de Março, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede à prestação da seguinte informação:

		Periodicidade	Prazo
As contas da Execução Orçamental - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 5º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	10
Informação relativa à Unidade de Tesouraria – Artigo 89º da Lei 64-B/2011 de 31 de Dezembro	Serviços Online	Mensal	15
Declaração de Compromissos plurianuais e de	Serviços Online	Anual	31-Mar

Pagamentos em atraso

Compromissos Plurianuais	SIGO	Trimestral	Até ao dia 15 de mês seguinte
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Situação da Dívida e Activos em Tit Dívida emitidos pelas Adm Públicas	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Mensal	Até ao final do mês seguinte
Demonstração de Fluxos de Caixa (modelo SNC)			Até ao final do mês seguinte
Estimativa do Balanço e Demonstração dos Resultados	Serviços Online	Anual	28 de Fev do ano seguinte
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguintes	Serviços Online	Anual	

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade	Prazo
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal	10

Prestação de Informação à Empordef

	Periodicidade	Prazo
Demonstrações Financeiras - Balanço /DR/Disponibilidades/DFC	Mensal	15
Relatório de Controlo de Gestão	Mensal	15
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Mensal	15
Responsabilidades Contingentes	Mensal	15



Dividas Vencidas (art 1º DL nº 65-A/2011)	Mensal	15
Avaliação do Cumprimento Plano Red Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)	Mensal	15
Acompanhamento do Passivo Remunerado		N/A
Endividamento Remunerado		N/A
Execução Esforço Financeiro Público		N/A
Execução Acompanhamento Passivo Remunerado		N/A
Execução Responsabilidades com Pensões		N/A
Execução dos Indicadores Actividade	Mensal	31
Execução da Unidade Tesouraria do Estado	Mensal	31

Prestação de Informação à Secretaria-Geral do MDN

	Periodicidade	Prazo
Projectão de despesas e de receitas até ao fim do ano (base mensal)	Mensal	8
Justificação para os desvios apurados no decurso da execução orçamental, bem como medidas correctivas e prazos de correcção daqueles desvios	Mensal	8

VII. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

Tendo em consideração o Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças n.º 101/2009, de 30 de Janeiro e n.º 155/2011, de 28 de Abril, foi dado o devido cumprimento ao determinado quanto ao endividamento ou assunção de responsabilidades, o qual sujeita qualquer despesa que exceda 5% do capital estatutário ou social, mesmo que previsto no respectivo orçamento ou plano de investimentos aprovado pelas tutelas financeira e sectorial, a autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Assim, não foi efectuada, no ano de 2013, qualquer despesa que exceda o limite acima mencionado.

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Var.Absol.	Var. %
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Passivo Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00

VIII. PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2013 encerrou com resultados negativos mas com perspectivas mais animadoras para o futuro.

Enquanto no segmento do mercado da manutenção militar naval nacional não se vê qualquer recuperação expectável por parte da Marinha Portuguesa, estamos particularmente optimistas no segmento internacional, pois asseguramos o fecho do primeiro contrato de “Grand Carénage” com a Marinha Real de Marrocos e antevemos a realização de mais 3 contratos a executar no corrente ano.

Esta interdependência de actividades com a Marinha Real de Marrocos, poderá significar a viragem estratégica do estaleiro para a sua sustentabilidade e dessa forma assegurar a eficiência necessária à prossecução do seu objecto social.

No segmento das construções, onde oferecemos pequenas lanchas complexas (L145 e L280) estamos cientes da dificuldade de penetração no mercado, mas acreditamos na potencialidade do produto e cremos que em breve se concretizará o primeiro contrato nesta área.

Por ultimo, no segmento dos Projectos Especiais, pensamos estar a reunir as competências de forma a assegurarmos uma oferta consistente e competitiva.

A nossa vontade de vencer como referência nacional nos mercados em que operamos é grande, o que nos obriga a ultrapassar todas as dificuldades e adoptar a necessária estratégia de crescimento sustentado, através da diversificação e da internacionalização.



IX. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2013	2012
Resultado Líquido	-4.890,43	-5.494,67
Resultado Operacional/Rendimentos Operacionais	-32,5%	-43,3%
Resultado Líquido/Rendimentos Operacionais	-30,6%	-40,6%
Resultado Líquido/capital próprio	-5,8%	-6,1%

A AASA encerrou o ano de 2013 com um resultado líquido negativo de 4.890 milhares de euros, correspondente a uma margem líquida negativa sobre os rendimentos operacionais de 30,6% e a uma rentabilidade negativa do capital próprio de 5,8%.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2013	2012
Rendimentos Operacionais	15.955,91	13.533,02
Gastos Operacionais	21.138,71	19.390,21
Resultado Operacional	-5.182,80	-5.857,19
Resultado Financeiro	358,81	450,78
Imposto sobre o Rendimento do Período	-66,45	-88,26
Resultado Líquido do Período	-4.890,43	-5.494,67

Os rendimentos operacionais atingiram 15.955,91 milhares de euros, correspondendo a um acréscimo de cerca de 18% face ao período homólogo.



(Valores expressos em
Milhares de Euros)

	2013	2012
Vendas	132,57	74,30
Serviços Prestados	12.751,13	10.250,40
Subsídios à Exploração	10,18	27,84
Trabalhos para a Própria Entidade	154,69	210,33
Outros Rendimentos e Ganhos	2.907,34	2.970,15
Rendimentos Operacionais	15.955,91	13.533,02

Este acréscimo foi motivado pelo incremento dos serviços de reparação naval prestados ao principal cliente – Marinha Portuguesa.



Realçam-se, pela sua importância, os seguintes contratos de prestação de serviços para a realização de reparações planeadas:

- ❖ NRP “Cuanza”;
- ❖ NRP “Zaire”; e
- ❖ NRP “António Enes”.

De salientar que os rendimentos operacionais incluem o montante de 2.857,86 milhares de euros referente ao subsídio do governo não monetário associado à concessão dos activos não correntes (2.881,08 milhares de euros – 2012). O subsídio não monetário é imputado numa base



sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

Os gastos operacionais registaram um acréscimo de 1.748,5 milhares de euros face ao ano anterior particularmente visível ao nível dos gastos com pessoal (+ 2.244,88 milhares de euros).

(Valores expressos em
Milhares de Euros)

	2013	2012
CMVMC	1.189,95	1.168,56
FSE	1.771,13	2.163,96
Gastos Pessoal	14.600,12	12.355,24
Imparidade	48,90	209,13
Outros Gastos e Perdas	50,97	49,09
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.477,63	3.444,22
Gastos Operacionais	21.138,71	19.390,21

Os “Fornecimentos e serviços externos” sofreram no cômputo global uma redução de 18% face ao ano anterior. Esta variação está relacionada com os esforços efectuados pela Empresa na racionalização de gastos e na concretização das medidas de redução de despesa prevista na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

(Valores expressos em
Milhares de Euros)

	2013	2012
Subcontratos	295,65	576,57
Trabalhos Especializados	79,37	95,82
Publicidade e Propaganda	5,49	8,72
Vigilância e Segurança	94,29	97,54
Honorários	54,71	62,75
Conservação e Reparação	63,22	90,38
Materiais	18,20	29,70
Electricidade	374,42	374,03
Combustíveis	41,51	60,53
Gás	43,68	42,46
Deslocações, Estadas e Transporte	24,41	49,59
Rendas e Alugueres	236,17	243,66
Comunicação	22,19	28,73
Seguros	107,98	129,31
Contencioso e Notariado	0,98	0,63
Despesas de Representação	13,75	8,87
Limpeza, Higiene e Conforto	249,55	247,74
Diversos	45,58	16,93
	1.771,13	2.163,96



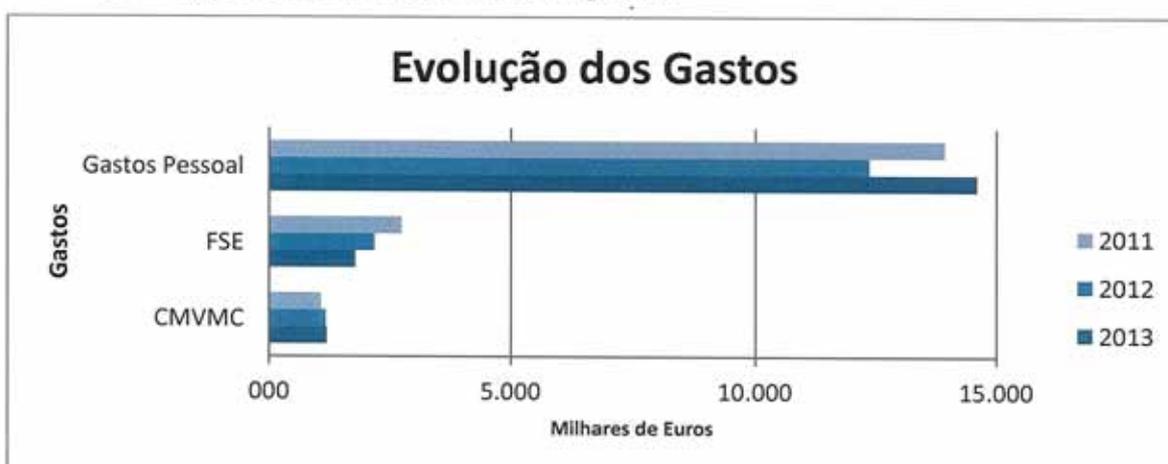
Os encargos com pessoal ascenderam a 14.600,12 milhares de euros, mais 18% face aos valores de 2012. Este facto é justificado por um conjunto de situações nomeadamente:

- ❖ Diminuição do número de pessoas ao serviço da Empresa;
- ❖ Reposição dos subsídios (Férias e Natal) aos funcionários do Estado;
- ❖ Aumento da comparticipação da Empresa para a Caixa Geral de Aposentações (2013 - 20% ; 2012 - 15%);
- ❖ Reduções remuneratórias previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

(Valores expressos em
Milhares de Euros)

	2013	2012
Órgãos Sociais		
Remunerações	144,73	115,25
Encargos sobre Remunerações	29,29	16,50
Seguro de Saúde	0,82	1,23
	174,84	132,98
Pessoal		
Remunerações	11.569,37	10.180,37
Encargos sobre Remunerações	2.296,96	1.433,69
ADSE	266,00	307,71
Seguro de Saúde	17,16	25,19
Seguro de Acidentes no Trabalho	148,79	144,06
Gastos de Acção Social	70,66	75,57
Outros Gastos	56,34	55,67
	14.425,28	12.222,26
	14.600,12	12.355,24

A evolução dos gastos de estrutura foi então a seguinte:

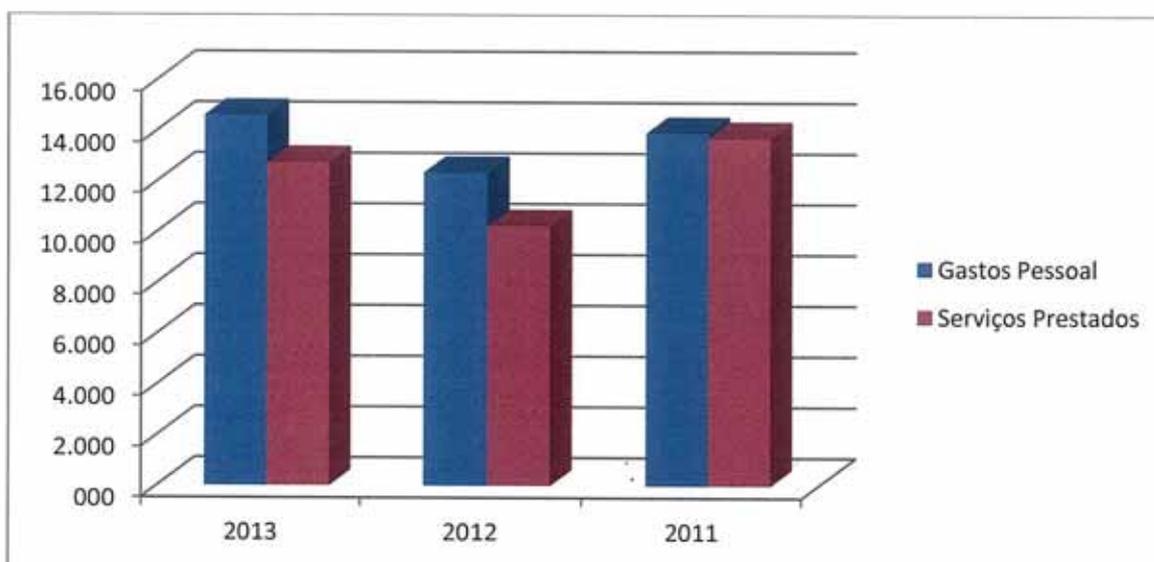


Os resultados financeiros que à data de 31 de Dezembro ascenderam a 362 milhares de euros, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à Empordef.



A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção de um resultado líquido negativo de 4.890 milhares de euros.

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução dos gastos com pessoal e dos proveitos com serviços prestados, onde se pode observar que o crescimento do rédito no ano de 2013 ainda não é suficiente para fazer face aos gastos fixos com pessoal.



Situação Financeira e Patrimonial

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2013	2012
Activo não corrente	86.083,22	89.365,83
Activo corrente	24.592,03	26.295,61
Total do Activo	110.675,25	115.661,44

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2013	2012 (reexpresso)
Capital próprio	84.869,64	90.209,58
Passivos não correntes	19.524,99	21.876,01
Passivos correntes	6.280,62	3.575,85
Total do Capital Próprio e Passivo	110.675,25	115.661,44



O total do activo líquido em 31 de Dezembro de 2013 era de 110.675,25 milhares de euros, tendo registado um decréscimo de 4% em relação a 31 Dezembro de 2012.

O nível de investimento em activos tangíveis realizado em 2013 no montante de 204,79 milhares de euros, não superou as depreciações do ano no montante de 3.461,87 milhares de euros.

Salienta-se que o montante de depreciações referente a activos transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão ascende a 2.857,86 milhares de euros.

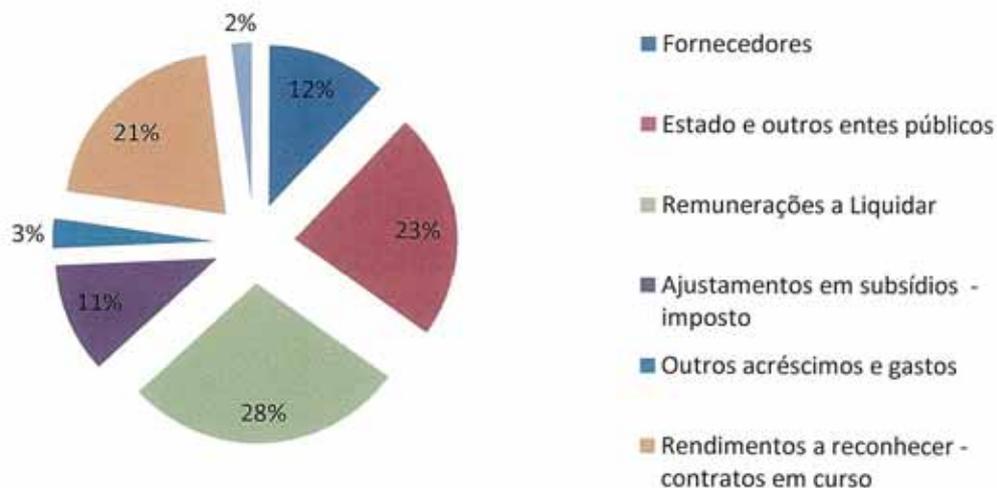
A nível do activo corrente, destaca-se a redução ocorrida na rubrica de “Clientes” que à data de 31 de Dezembro de 2013 apresentava um saldo de 227,235 milhares de euros (2.754.45 milhares de euros em 2012), reflectindo diminuição da dívida do principal cliente (Marinha Portuguesa) face a 2012.

O capital próprio da Empresa diminuiu de 90.209,58 milhares de euros para 84.869,64 euros em consequência do reconhecimento do subsídio do governo não monetário e do resultado negativo do exercício de 2013 (- 4.890,43 milhares de euros).

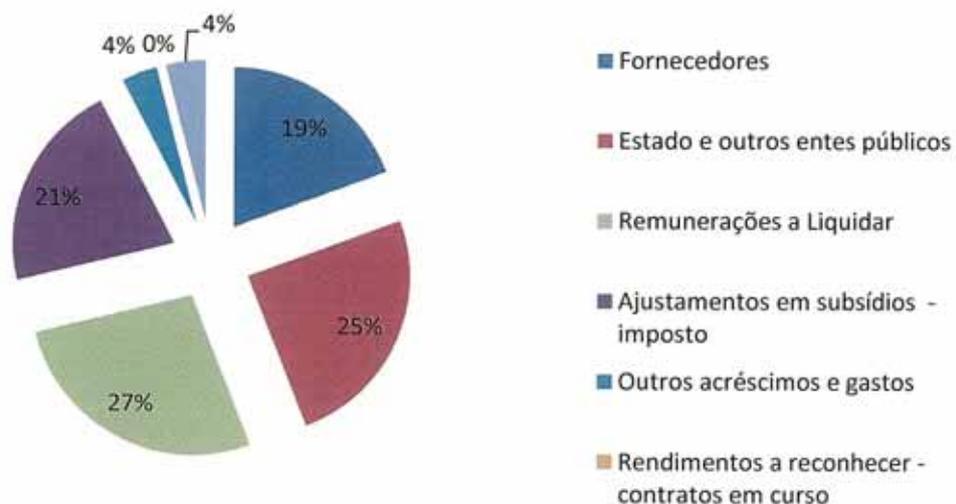
O aumento do passivo corrente observado no ano (2.704,8 milhares de euros) está principalmente relacionado com: (i) o registo dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço (1.299,5 milhares de euros), (ii) a variação positiva da estimativa dos gastos com férias e subsídio de férias (805,6 milhares de euros) e (iii) o aumento das dívidas ao Estado – IVA (410,69 milhares de euros), por via do crescimento da facturação no último trimestre de 2013 face ao ano anterior.

Nos gráficos seguintes podemos visualizar a composição do passivo corrente:

Passivo Corrente - 2013



Passivo Corrente - 2012



X. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2013 no montante de € 4.890.433,57 (quatro milhões, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e trinta e três euros e cinquenta e sete cêntimos).

Almada, 20 de Março de 2014.

O Conselho de Administração

Administrador



Jorge Joaquim Crujo Camões

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes

Administrador



Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado



XI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

❖ Objectivos de gestão

Ponto reflectido no ponto I do presente relatório.

❖ Gestão do Risco Financeiro e Endividamento

Ponto reflectido no ponto VII do presente relatório.

❖ Evolução do Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objectivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2013 e 2012, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2012				2013				Variação % 4ºT 2013/4ºT 2012
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo	60,77	59,35	64,44	64,42	67,47	67,59	76,86	79,29	23%

No que respeita aos atrasos nos pagamentos, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, informa-se que em 31 de Dezembro de 2013, as dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, S.A. eram inferiores a 90 dias.

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas (Art. 1.º DL 65-A/2011)				
	0 – 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	748.458,86	-	-	-	-
Aq. de Capital	3.091,50	-	-	-	-
Total	751.550,36	-	-	-	-

(Valores expressos em Euros)

❖ Resultados Obtidos/Recomendações do Accionista



Ponto reflectido no ponto II do presente relatório.

❖ Remunerações

Dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ¹	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ²	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012-2014	Presidente	João Carlos Polido Carvalhinho	0,00	0,00	0,00	0,00
2012-2014	Secretário	Dina Filipa Fernandes Silva	0,00	0,00	0,00	0,00

Legenda: (1) Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

- ❖ Reduções Remuneratórias previstas no Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012 não aplicáveis uma vez que este órgão social não auferir qualquer remuneração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Doc	Designação	
					Data
2012-2014	Presidente	Jorge Camões (*)	AG		23-Mar-12
2012-2014	Vogal	Miguel Fernandes	AG		23-Mar-12
2012-2014	Vogal	Francisco Salvado	AG		23-Mar-12

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)		[identifica/n.a]	[O/D]
Jorge Camões (*)	N	--	0,00	0,00	n.a	n.a

Miguel Fernandes	S	C	3.131,49	1.252,60	n.a	n.a
------------------	---	---	----------	----------	-----	-----

Francisco Salvado	N	--	4.050,49	1.620,20	Marinha	D
-------------------	---	----	----------	----------	---------	---

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

REMUNERAÇÃO ANUAL (Euros)

Nome	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei n.º 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução Anos Anteriores	Bruta após Reduções
Jorge Camões (*)	---	---	---	---	---	---	---
Miguel Fernandes	---	66.306,20	---	-2.363,75	-4.871,13	---	58.871,33
Francisco Salvado	---	85.766,28	---	-3.316,19	-6.300,77	---	76.149,32

Nota: redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores;

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

BENEFÍCIOS SOCIAIS (Euros)

Nome	Sub. Refeição	Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Jorge Camões (*)	---	---	---	---	---	---	---	---
Miguel Fernandes	1.140,00	Segurança Social	14.022,01	822,84	---	---	---	---
Francisco Salvado	1.140,00	CGA / ADSE	15.263,44	---	---	---	---	---



GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (Euros)

Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Camões (*)	80	274,39	
Miguel Fernandes	80	206,49	
Francisco Salvado	80	297,01	

ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor Renda Mensal	Valor Renda Anual
Jorge Camões (*)	N	---	---	---	---	---	---	---	---
Miguel Fernandes	S	S	40.487,85	AOV	2010	2014	48	972,36	11.668,32
Francisco Salvado	S	S	40.965,39	AOV	2010	2014	48	1.021,79	12.261,48

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (Euros)

Nome	Plafond Anual	Combustível	Portagens	Estacionamentos	Outras Reparações	Seguro	Observações
Jorge Camões (*)	---	---	---	---	---	---	---
Miguel Fernandes	3.757,80	2.624,44	946,07	66,35	---	---	---
Francisco Salvado	3.757,80	3.286,16	315,46	146,33	---	---	---

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (Euros)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras Identificar	Valor	Gastos Totais com Viagens
Jorge Camões (*)	---	---	---	---	---	---
Miguel Fernandes	---	---	---	---	---	---
Francisco Salvado	---	1.158,43	229,13	---	---	1.387,56

* O Presidente do Conselho de Administração, Jorge Joaquim Crujo Camões, não auferirá qualquer remuneração pelo exercício do cargo, com exceção das ajudas de custo, nos termos,

condições e valores definidos na legislação aplicável, conforme Deliberação Unânime por Escrito do Accionista de 30.04.2012.

Adicionalmente à informação vertida nas tabelas supra, salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, destacando-se as seguintes:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 37º da Lei n.º 66-B/2012;
- ❖ Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%

FISCALIZAÇÃO

FISCAL ÚNICO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos Exercidos na Empresa
		Nome	Número	Doc	Data	Limite Fixado	Contratada	
2012-2014	Fiscal Único	PWC - SROC	183	AG	23-Mar-12	N	S	1

REMUNERAÇÃO ANUAL (Euros)				
Nome	Bruta (€)	Redução (Lei OE) (€)	Bruta Após Redução (€)	Observações
PWC - SROC	14.600,00		14.600,00	Revisão Legal
PWC - SROC	6.000,00		6.000,00	Revisão do Orçamento - OGE - 2014

- ❖ Para efeitos das reduções remuneratórias previstas no Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, informa-se que o contrato celebrado com o Fiscal Único acima identificado para o triénio de 2012-2014 já fora objecto da devida redução em 2012, tendo passado de um valor inicial de € 16.200,00 anuais para € 14.600,00.

Dos restantes trabalhadores

A política salarial da Arsenal do Alfeite, S.A no ano de 2013 subordinou-se às orientações do Governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução de despesa previstas, particularmente, na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Artigos 27º e 35º).



❖ Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto no Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 08/2012, de 18 de Janeiro, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento por parte do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, tendo por objecto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, inexistiu igualmente o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

❖ Contratação Pública

Ponto reflectido no ponto VII do presente relatório.

❖ Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado

No que respeita aos procedimentos de contratação adoptados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Electricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

❖ Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Tendo em consideração o Ofício-Circular referente às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para o ano de 2013, foram implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, aprovadas no âmbito do Plano de Redução de Custos, nomeadamente no âmbito dos gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações e redução do número de efectivos e de cargos dirigentes, conforme se depreende do quadro que se segue:

PRC	2009*	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento Identificar [S/N]
						Absoluta	%	
CMVMC (m€)	851	2.279	1.068	1.169	1.190	-1089	-48	S
FSE (m€)	1.921	4.734	2.727	2.164	1.771	-2963	-63	S



Deslocações/Estadas	52	79	39	42	24	-55	-70	S
Ajudas de Custo	79	50	17	9	9	-41	-82	S
Comunicações	13	46	49	29	22	-24	-52	S
Gastos com Pessoal (m€)	7.490	16.349	13.927	12.355	14.600	-1749	-11	S
Total	10.406	23.537	17.827	15.768	17.616	-5921	-25	S
Volume de Negócios	10.928	26.885	13.731	10.325	12.884	-14.001	-52%	N
Peso dos Gastos no VN (%)	95	88	130	153	137	49	56	N

* De se salientar que apenas se encontram considerados 4 meses no ano de 2009, visto que a Arsenal do Alfeite, S.A iniciou a sua actividade em 01.09.2009.

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	635	608	594	558
Número de cargos dirigentes sem O.S.	18	18	14	14
Número de órgãos sociais	3	3	3	2
Gastos totais com pessoal	16.458.008,71	14.991.395,19	12.201.758,03	11.091.567,07
Gastos com Órgãos Sociais	276.989,75	224.882,84	132.968,05	175.490,74
Gastos com Dirigentes				
Gastos com RH sem O.S. e sem dirigentes	16.071.596,85	13.702.571,75	12.222.274	14.424.633,96
Rescisões / Indemnizações (€)	680	5.067,20	1.378,14	1.781,78

Tendo em consideração os valores constantes das tabelas supra, constata-se que o peso dos gastos no volume de negócio na variação 2013/2010 aumentou, não obstante a significativa redução dos gastos operacionais. De se ressaltar que tal aumento se ficou a dever ao decréscimo acentuado do volume de negócios, o qual é insuficiente para os gastos fixos suportados com o pessoal, os quais, aliás, se agravaram no ano de 2013 por força da reposição do pagamento do subsídio de férias.



❖ Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Tendo em consideração o vertido no Artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, informa-se do cabal cumprimento dado ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, verificando-se um depósito de 93,5% das disponibilidades no IGCP em 31.12.2013.

❖ Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não se verificaram, no ano de 2013, quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

❖ Informação divulgada a 31.12.2013 no site do SEE

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	X			
Identificação das Áreas de Responsabilidade do CA		X		
Identificação de Comissões Existentes na Sociedade			X	
Identificar Sistemas de Controlo de Riscos	X			
Remunerações dos Órgãos Sociais	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Regulamentos Internos e Externos	X			Informação constante igualmente da Intranet disponível para todos os trabalhadores
Transacções fora das Condições de Mercado	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Análise de Sustentabilidade	X			



Económica, Social, Ambiental		
Código de Ética	X	
Relatório e Contas	X	
Provedor do Cliente		X

❖ Sistematização da Informação

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:					
Equilíbrio Financeiro da Empresa		x			Ponto I do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com Pessoal	x			100%	Ponto I do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com FSE	x			100%	Ponto I do Relatório & Contas
Gestão do Risco Financeiro	x				Ponto VII do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento	x			100%	Ponto VII do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores		x		Variação de 23% 4ºT 2013/4ºT 2012	Aumento da actividade no último trimestre de 2013.
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			100%	Pontos XI do Relatório & Contas - A 31.12.2013, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
Recomendações do accionista na aprovação de contas:					
Cumprimento dos objectivos de gestão	x			Não aplicável	Ponto I do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			11.171,90 Euros	Ponto XI do Relatório & Contas
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			5.879,94 Euros	Ponto XI do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	x			139.119,14 Euros	Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		x		Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Reembolso de despesas de representação pessoal		x		Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x			Não aplicável	Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas		x		Não aplicável	Ponto IV do Relatório & Contas
Contratos submetidos a visto prévio do TC		x		Não aplicável	
Auditorias do Tribunal de Contas		x		Não aplicável	Não existiu qualquer recomendação do Tribunal de Contas
Parque Automóvel		x		Não aplicável	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (Artigo 64º da Lei n.º 66-B/2012)	x			Vide tabela	Ponto XI do Relatório & Contas
Redução de trabalhadores (artigo 63º da Lei n.º 66-B/2012)					
Nº de trabalhadores	x			Variação de menos 6,03% face a 2012	Ponto IV do Relatório & Contas



Nº de cargos dirigentes	x	Varição de 0% face a 2012	Ponto IV do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012)	x	93,5% em 31.12.2013	Ponto XI do Relatório & Contas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2013	31.12.2012 reexpresso
<u>Activos não correntes</u>			
Activos fixos tangíveis	8 e 11	86.067.904,54	89.324.977,03
Activos intangíveis	9	4.659,72	20.420,41
Participações financeiras - outros métodos	10	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos	20	10.159,01	19.931,30
Total de activos não correntes		86.083.223,27	89.365.828,74
<u>Activos correntes</u>			
Inventários	12	432.954,60	358.713,59
Clientes	13	227.235,42	2.754.446,06
Estado e outros entes públicos	14	-	29.390,73
Outras contas a receber	15	18.161.412,27	17.796.196,02
Diferimentos	16	12.996,80	11.220,59
Caixa e equivalentes a caixa	6	5.757.429,15	5.345.640,13
Total de activos correntes		24.592.028,24	26.295.607,12
TOTAL DO ACTIVO		110.675.251,51	115.661.435,86
<u>Capital próprio</u>			
Capital realizado	17	32.400.000,00	32.400.000,00
Reserva legal	17	178.325,86	178.325,86
Resultados Transitados	17	-5.144.241,80	350.425,67
Outras variações no capital próprio	5 e 18	62.325.991,67	62.775.496,03
Resultado líquido do período	17	-4.890.433,57	-5.494.667,47
Total do capital próprio		84.869.642,16	90.209.580,09
<u>Passivos não correntes</u>			
Outras contas a pagar	5 e 18	19.524.990,67	21.876.010,32
		19.524.990,67	21.876.010,32
<u>Passivos correntes</u>			
Fornecedores	19	748.458,86	690.569,08
Estado e outros entes públicos	14	1.439.766,98	886.832,37
Financiamentos obtidos	11		19.973,91
Outras contas a pagar	5 e 15	2.792.117,29	1.977.705,24
Diferimentos	16	1.300.275,55	764,85
Total de passivos correntes		6.280.618,68	3.575.845,45
TOTAL DO PASSIVO		25.805.609,35	25.451.855,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		110.675.251,51	115.661.435,86

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	350.425,67	62.775.496,03	-5.494.667,47	90.209.580,09
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				1.651.019,65		1.651.019,65
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				757.331,78		757.331,78
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	-	-2.857.855,79	-	-2.857.855,79
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2012	17			-5.494.667,47		5.494.667,47	0,00
			0,00	-5.494.667,47	-449.504,36	5.494.667,47	-449.504,36
Resultado Líquido do Período						-4.890.433,57	-4.890.433,57
Resultado Integral							-5.339.937,93
Operações com Detentores de Capital no Período							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	-5.144.241,80	62.325.991,67	-4.890.433,57	84.869.642,16

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	2.615.755,72	88.289.917,44	-2.265.330,05	121.218.668,97
Efeito da reexpressão	5				-23.396.828,12		-23.396.828,12
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (reexpresso)		32.400.000,00	178.325,86	2.615.755,72	64.893.089,32	-2.265.330,05	97.821.840,85
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5				763.486,02		763.486,02
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5				-2.881.079,31	-	-2.881.079,31
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2011	17			-2.265.330,05	-	2.265.330,05	0,00
		0,00	0,00	-2.265.330,05	-2.117.593,29	2.265.330,05	-2.117.593,29
Resultado Líquido do Período						-5.494.667,47	-5.494.667,47
Resultado Integral							-7.612.260,76
Operações com Detentores de Capital no Período							
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	350.425,67	62.775.496,03	-5.494.667,47	90.209.580,09

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2012

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Vendas e Serviços prestados	21	12.883.696,87	10.324.699,47
Subsídios à exploração	22	10.184,43	27.839,12
Trabalhos para a própria entidade	8	154.689,70	210.333,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.189.952,43	-1.168.562,09
Fornecimentos e serviços externos	23	-1.771.134,57	-2.163.963,30
Gastos com pessoal	24	-14.600.124,70	-12.355.242,14
Imparidade de dívidas a receber	13	-48.901,07	-209.134,72
Outros rendimentos e ganhos	25	2.907.343,63	2.970.152,79
Outros gastos e perdas		-50.969,29	-49.088,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.705.167,43	-2.412.966,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-3.477.631,59	-3.444.220,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5.182.799,02	-5.857.186,46
Juros e rendimentos similares obtidos	27	362.083,49	457.610,07
Juros e gastos similares suportados		-3.269,49	-6.827,29
Resultado antes de imposto		-4.823.985,02	-5.406.403,68
Imposto sobre o rendimento do período	20	-66.448,55	-88.263,79
Resultado líquido do período		-4.890.433,57	-5.494.667,47

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013 EURO	2012 EURO
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		19.831.395,63	10.506.429,08
Pagamentos a fornecedores		-3.745.791,94	-3.956.444,05
Pagamentos ao Pessoal		-7.726.461,05	-7.878.231,48
Caixa gerada pelas operações		8.359.142,64	-1.328.246,45
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.698,73	384.966,55
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas		-7.390.721,80	-5.213.807,42
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-465.377,69	-502.308,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		504.741,88	-6.659.395,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		11.170,43	98.545,42
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-104.123,29	-333.816,46
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-92.952,86	-235.271,04
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			186.220,80
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento			-200.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-13.779,20
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		411.789,02	-6.908.445,67
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.345.640,13	12.254.085,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	5.757.429,15	5.345.640,13

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. (“AASA” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto – Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a AASA com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja actividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AASA a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro da Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AASA integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);



- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de Setembro de 2009.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado nos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- ❖ Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Aviso nº 16555/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro.

Em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações Financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.



Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis incluem: (i) bens concessionados, (ii) bens reversíveis e (iii) bens próprios.

Consideram-se bens concessionados, todos os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AASA., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.





As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

[Handwritten signatures]

Anos de vida útil

Bens Concessionados

Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros activos fixos	4 - 30

Anos de vida útil

Bens Próprios e Bens Reversíveis

Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos	1 - 8



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário e registada uma perda de imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2 Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



3.3 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas. Os activos subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efectuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.



O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como activo corrente. Caso contrário são classificadas como activo não corrente.

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes á aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 Imparidade de activos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:



- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.



As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo



quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;





- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

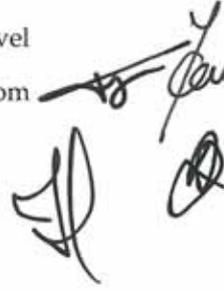
De acordo com este método, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (HH's) imputados e os HH's estimados). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizados nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.



O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos directamente atribuíveis aos activos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Activos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis



As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efectuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

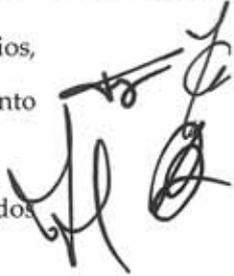
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios



As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.



4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 13). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se divulgados na Nota 13.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.



4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.



A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, conforme disposições constantes no esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística datado de 15 de Abril de 2013, a Empresa procedeu à alteração da forma de reconhecimento do subsídio do governo não monetário relacionado com activos não correntes depreciables (bens concessionados).

O subsídio associado à concessão de activos não correntes (bens concessionados) é reconhecido nos capitais próprios ajustado do respectivo imposto. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento é também reconhecido o correspondente imposto e os gastos que se pretende que eles compensem (depreciações).



De forma a reflectir adequadamente os efeitos da alteração de política contabilística, a AASA procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras nos períodos comparativos apresentados, sendo de destacar os seguintes impactos:

	31-12-2011 Divulgado	Efeito da Reexpressão	31-12-2011 Reexpresso
--	-------------------------	--------------------------	--------------------------

Capital próprio

Outras variações no capital próprio

Subsídios não monetários	88.289.917,44	-	88.289.917,44
Ajustamentos em subsídios - imposto	-	-23.396.828,12	-23.396.828,12
	88.289.917,44	-23.396.828,12	64.893.089,32
Ajustamentos em subsídios - rédito do ano	-	-2.881.079,31	-2.881.079,31
Ajustamentos em subsídios - imposto associado ao rédito do ano	-	763.486,02	763.486,02

	31-12-2012 Divulgado	Efeito da Reexpressão	31-12-2012 Reexpresso
--	-------------------------	--------------------------	--------------------------

Capital próprio

Outras variações no capital próprio

Subsídios não monetários	85.408.838,13	-	85.408.838,13
Ajustamentos em subsídios - imposto	-	-22.633.342,10	-22.633.342,10
	85.408.838,13	-22.633.342,10	62.775.496,03

Passivos não correntes

Outras contas a pagar

Ajustamentos em subsídios - imposto	-	21.876.010,32	21.876.010,32
	0,00	21.876.010,32	21.876.010,32

Passivos correntes

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	1.220.373,46	-	1.220.373,46
Ajustamentos em subsídios - imposto	-	757.331,78	757.331,78



	1.220.373,46	757.331,78	1.977.705,24
--	--------------	------------	--------------



6. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	5.750,00	5.750,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.751.679,15	539.890,13
Aplicações de Tesouraria	4.000.000,00	4.800.000,00
	5.757.429,15	5.345.640,13

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

7. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2013 e 2012 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2013				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. (Nota 15)	18.132.860,93	-	990,79	-	349.097,48
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (Nota 13)	177.321,51	-	-	-	-



NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A. (Nota13)	3.075,00	-	-	5.565,43	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (Nota 13)	3.694,92	-	-	10.629,08	-
	18.316.952,36	0,00	990,79	16.194,51	349.097,48



2012

Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.	17.783.763,45	-829,50	-674,39	-	348.175,26
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	103.800,00	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	19.203,28	-	-	36.597,42	-
	17.980.288,24	-829,50	103.125,61	36.597,42	348.175,26

8. Activos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2013							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	
Activo Bruto								
Saldo inicial	17.644.562,25	51.207.926,25	17.623.981,25	561.705,53	2.589.658,98	9.831.886,38	297.585,50	99.757.306,14
Aquisições	0,00	0,00	32.180,00	0,00	3.884,52	14.044,19	154.689,70	204.798,41
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	216.189,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-216.189,70	0,00
Saldo final	17.644.562,25	51.424.115,95	17.656.161,25	561.705,53	2.593.543,50	9.845.930,57	236.085,50	99.962.104,55
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	407.213,38	4.019.786,21	3.442.084,06	149.455,06	841.527,74	1.572.262,66	0,00	10.432.329,11





Depreciações do exercício	349.040,04	1.279.836,43	1.057.740,61	51.096,48	257.214,00	466.943,34	0,00	3.461.870,90
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldo final	756.253,42	5.299.622,64	4.499.824,67	200.551,54	1.098.741,74	2.039.206,00	0,00	13.894.200,01
Activos Líquidos	16.888.308,83	46.124.493,31	13.156.336,58	361.153,99	1.494.801,76	7.806.724,57	236.085,50	86.067.904,54

[Handwritten signature]

2012

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo inicial	17.644.562,25	49.881.189,25	17.581.114,60	561.705,53	2.550.623,83	9.828.408,38	1.416.061,61	99.463.665,45
Aquisições	0,00	0,00	42.866,65	0,00	22.030,03	3.478,00	226.348,50	294.723,18
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.082,49	0,00	0,00	-1.082,49
Transferências/Abates	0,00	1.326.737,00	0,00	0,00	18.087,53	0,00	-1.344.824,53	0,00
Saldo final	17.644.562,25	51.207.926,25	17.623.981,25	561.705,53	2.589.658,98	9.831.886,38	297.585,58	99.757.306,14

Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade

Saldo inicial	58.173,34	2.796.131,27	2.390.403,55	98.358,58	570.715,43	1.101.222,94	0,00	7.015.005,11
Depreciações do exercício	349.040,04	1.223.654,94	1.051.680,51	51.096,48	271.774,23	471.039,72	0,00	3.418.285,92
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	-961,92	0,00	0,00	-961,92
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	407.213,38	4.019.786,21	3.442.084,06	149.455,06	841.527,74	1.572.262,66	0,00	10.432.329,11
Activos Líquidos	17.237.348,87	47.188.140,04	14.181.897,19	412.250,47	1.748.131,24	8.259.623,72	297.585,58	89.324.977,03

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2013, os movimentos registados na rubrica "Activos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

Saldo Inicial	Aumentos do ano a)	Transferência para Activos Fixos	Saldo Final
---------------	--------------------	----------------------------------	-------------



Projecto de ampliação e aprofundamento do cais	236.085,50			236.085,50
Projecto para a remodelação do refeitório	61.500,00	154.689,70	-216.189,70	0,00
	297.585,50	154.689,70	-216.189,70	236.085,50

a) –trabalhos para a própria entidade.

As Depreciações do período, no montante de 3.461.870,90 € foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2013 os activos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2013							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens Reversíveis	1.745.200,25	2.033.972,25	424.824,61	29.722,75	293.537,80	40.026,66	236.085,50	4.803.369,82
Bens Próprios	0,00	0,00	24.873,39	33.161,08	58.732,89	21.639,93	0,00	138.407,29
	17.644.562,25	51.424.115,95	17.656.161,25	561.705,53	2.593.543,50	9.845.930,57	236.085,50	99.962.104,55
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	5.139.822,37	4.287.738,17	153.291,94	880.513,67	2.007.978,95	0,00	12.469.345,10
Bens Reversíveis	756.253,42	159.800,27	197.610,37	15.480,50	182.023,08	13.092,50	0,00	1.324.260,14
Bens Próprios	0,00	0,00	14.476,13	31.779,10	36.204,99	18.134,55	0,00	100.594,77
	756.253,42	5.299.622,64	4.499.824,67	200.551,54	1.098.741,74	2.039.206,00	0,00	13.894.200,01
Activos Líquidos	16.888.308,83	46.124.493,31	13.156.336,58	361.153,99	1.494.801,76	7.806.724,57	236.085,50	86.067.904,54

Os bens transferidos para a AASA., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.



	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Activos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos ocorridos nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2013		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total





Activo Bruto			
Saldo inicial	77.810,00	0,00	77.810,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Saldo final	77.810,00	0,00	77.810,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	57.389,59	0,00	57.389,59
Depreciações do exercício	15.760,69	0,00	15.760,69
Saldo final	73.150,28	0,00	73.150,28
Activos Líquidos	4.659,72	0,00	4.659,72

	2012		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	77.810,00	0,00	77.810,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Saldo final	77.810,00	0,00	77.810,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	31.455,31	0,00	31.455,31
Depreciações do exercício	25.934,28	0,00	25.934,28
Alienações	0,00	0,00	0,00
Saldo final	57.389,59	0,00	57.389,59
Activos Líquidos	20.420,41	0,00	20.420,41





As amortizações do período, no montante de 15.760,69 € foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

10. Participações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa detinha uma participação associativa no valor de 500,00 € na Relacre – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

11. Locações

11.1 Locação Financeira

A Empresa adquiriu no exercício de 2011, equipamento informático em regime de locação financeira, sendo a sua posição a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a seguinte:

	2013		
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Datacenter	110.145,50	100.956,57	9.188,93
Total	110.145,50	100.956,57	9.188,93

	2012		
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Datacenter	110.145,50	64.245,09	45.900,41
Total	110.145,50	64.245,09	45.900,41



Em 31 de Dezembro de 2012 as responsabilidades futuras da Empresa ascendiam a 20.636,24€

	2012		
	Capital	Juros	Total
Vencimento em 2013	19.973,91	662,33	20.636,24



O contrato de locação financeira terminou no exercício de 2013 e foram reconhecidos gastos com juros no montante de 662,33 € (3.843,42 € em 2012), registados na rubrica “Gastos e perdas de financiamento”.

11.2 Locações Operacionais

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades futuras ascendem a 113.391,95 €.

	Rendas Vincendas			
	2014	2015	2016	2017
Locarent - 1 contrato	212,04	-	-	-
ALD - Automotive Portugal - 2 contratos	7.160,95	-	-	-
Leaseplan - 2 contratos	12.261,48	-	-	-
Finlog - 4 contratos	23.938,08	23.938,08	23.938,08	21.943,24
	43.572,55	23.938,08	23.938,08	21.943,24

No exercício de 2013 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 152.393,51 € (Nota 23).



12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Matérias-primas, sub e consumo	420.509,17	356.620,05
Adiantamentos p/ conta de compras	12.445,43	2.093,54
	432.954,60	358.713,59

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalha-se conforme se segue:

2013			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	356.620,05	356.620,05
Compras	83.268,00	1.160.319,61	1.243.587,61
Regularização de existências	-	10.253,94	10.253,94
Existências finais	-	420.509,17	420.509,17
Custo do Exercício	83.268,00	1.106.684,43	1.189.952,43

2012			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	367.407,43	367.407,43
Compras	13.580,00	1.138.737,08	1.152.317,08
Regularização de existências	-	5.457,63	5.457,63
Existências finais	-	(356.620,05)	(356.620,05)
Gasto do Exercício	13.580,00	1.154.982,09	1.168.562,09

13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2013	2012
Clientes	594.208,19	3.069.684,40
Clientes do Grupo (Nota 7)	184.091,43	196.524,79
Adiantamentos de Clientes	-	-9.600,00
Perdas por Imparidade	-551.064,20	-502.163,13
	227.235,42	2.754.446,06

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade foi como se segue:

	2013			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	177.321,51	-	-	177.321,51
Naveiro Transportes Maritimos	324.841,62	-	-	324.841,62
Estaleiros Navais de Peniche	-	9.799,10	-	9.799,10
O2 - Tratamento e Limpezas	-	745,50	-	745,50
Geosolve	-	1.103,31	-	1.103,31
Fiutak Technologies	-	37.253,16	-	37.253,16
	502.163,13	48.901,07	-	551.064,20

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido em "Imparidade de dívidas a receber na Demonstração dos Resultados" foi como segue:

	2013	2012
Imparidade - dívidas a receber	48.901,07	209.134,72



14. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica do "Estado e Outros Entes Públicos" apresentava a seguinte composição:

	2013		2012	
	activo	passivo	activo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		28.996,60	29.390,73	-
Retenção do IRS	-	141.661,30	-	92.145,05
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	1.011.398,43	-	600.773,71
CGA - Caixa geral de aposentações	-	229.480,12	-	165.712,99
Segurança social	-	28.230,53	-	28.200,62
ADSE -assistência na doença aos servidores civis do Estado	-	-	-	-
	-	1.439.766,98	29.390,73	886.832,37

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2013		2012	
	activo	passivo	activo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 20)	-	56.676,26	-	56.081,94
Pagamento especial por conta	21.449,40	-	-	-
Pagamentos por conta	-	-	-	-
Retenções na fonte	6.230,26	-	85.472,67	-
	27.679,66	56.676,26	85.472,67	56.081,94
IRC		-28.996,60	29.390,73	

15. Outras Contas a Receber e a Pagar



Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas “Outras Contas a Receber” e “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Accionistas (Nota 7)	18.132.860,93	17.783.763,45
Juros a receber	354,67	5.315,94
Devedores por acréscimo de rendimento (Nota 28)	21.870,00	-
Outros	6.326,67	7.116,63
	18.161.412,27	17.796.196,02

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Accionista” tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Capital	17.063.061,67	17.063.061,67
Capital	200.000,00	200.000,00
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	172.526,52
Juros - vencidos em 2012 (Nota 27)	348.175,26	348.175,26
Juros - vencidos em 2013 (Nota 27)	349.097,48	-
	18.132.860,93	17.783.763,45

No dia 10 de Janeiro de 2013 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a AASA concedeu à Empordef que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data da Deliberação Unânime	Valor	Prazo de Regularização
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	4 de Julho de 2010
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	30 de Março de 2010
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	30 de Março de 2011
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	30 de Março de 2011
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	15 de Março de 2011



16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	20 de Março de 2011
26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	23 de Julho de 2011
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	24 de Fevereiro de 2011
	<hr/>	
	18.000.000,00	
Pagamento em 25.Fev.2011 ref à deliberação de 26.Jan.2011	-936.938,33	
	<hr/>	
	17.063.061,67	



No dia 16 de Março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef, no qual, a AASA concedeu à Empordef que aceitou um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses.

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela AASA.

	2013	2012 reexpresso
--	------	--------------------

Outras Contas a Pagar

Fornecedores de Investimento	3.091,50	20.739,06
Remunerações a liquidar a)	1.773.400,00	967.820,00
Renda - contrato de concessão b)	64.418,48	51.623,50
Outros acréscimos de gastos c)	187.345,02	127.464,33
Clientes - saldos credores	36.846,28	-
Outros devedores e credores d)	727.016,01	810.058,35
	<hr/>	
	2.792.117,29	1.977.705,24

A) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2013 a liquidar em 2014. O acréscimo da rubrica decorre da reposição do subsídio de férias aos trabalhadores do estado.



B) Inclui o gasto do exercício de 2013 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 23).

C) Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00 €) e os gastos com subcontratos referentes a trabalhos realizados em 2013 mas facturados em 2014 (65.544,55 €).

D) Inclui

	2013	2012 reexpresso
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios (Nota 18)	700.000,00	757.331,78
Outros	27.016,01	52.726,57
	727.016,01	810.058,35

O ajustamento do subsídio classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Diferimentos activos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	12.996,80	11.220,59
	12.996,80	11.220,59
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 28)	1.299.485,00	
Outros rendimentos diferidos	790,55	764,85



1.300.275,55

764,85

17. Composição do Capital Social , Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Saldo inicial	178.325,86	178.325,86
Aplicação do saldo do ano anterior	-	-
Saldo final	178.325,86	178.325,86

Nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2013	2012
Saldo inicial	350.425,67	2.615.755,72
Aplicação do resultado líquido do ano anterior	-5.494.667,47	-2.265.330,05
Saldo final	-5.144.241,80	350.425,67

18. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística de Abril de 2013 os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos tangíveis depreciados devem ser



reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a partir de 2012 (reexpresso) a rubrica “ Outras variações no capital próprio” (reexpresso) reflecte a quantia do subsídio não monetário deduzido do respectivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a reflectir o referido imposto.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a informação relativa ao subsídio obtido do governo era como segue:

	31.12.2012	Rédito	Ajustamento	Ajustamento	31-12-2013
	Reexpresso	do ano	ano	alteração de taxa de IRC a)	

Capital próprio

Outras variações no capital próprio

Subsídios não monetários	85.408.838,13	-2.857.855,79			82.550.982,34
Ajustamentos em subsídios	-22.633.342,10		757.331,78	1.651.019,65	-20.224.990,67
	62.775.496,03	-2.857.855,79	757.331,78	1.651.019,65	62.325.991,67

Passivos não correntes

Outras contas a pagar

Ajustamentos em subsídios	21.876.010,32	-	-700.000,00	-1.651.019,65	19.524.990,67
	21.876.010,32	-	-700.000,00	-1.651.019,65	19.524.990,67

Passivos correntes

Outras contas a pagar

Ajustamentos em subsídios	757.331,78	-	-57.331,78	-	700.000,00
Total de passivos correntes	757.331,78	-	-57.331,78	-	700.000,00

a) – Alteração de taxa de imposto de 26,5% para 24,5%, de acordo com a Lei nº.83C/2013, de 31 de Dezembro .

No exercício de 2013 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.857.855,79 € (Nota 25) e o imposto correspondente ascendeu a 757.331,78 € (Nota 15).



19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.



O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2013 e 2012, nos termos da RCN nº34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2012				2013				Variação % 4ºT 2013/4ºT 2012
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Dias	60,77	59,35	64,44	64,42	67,47	67,59	76,86	79,29	23%

20. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 25% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:





	2013	2012
Resultado antes de imposto	-4.823.985,02	-5.406.403,68
Taxa nominal de imposto	25,00%	25,00%
Imposto esperado	-1.205.996,37	-1.351.600,92
Diferenças permanentes	9.937,95	3.425,67
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	9.772,29	32.181,84
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma (Nota 14)	56.676,26	56.081,94
Outras	8.175,36	-22.165,19
Prejuízos fiscais gerados sem imposto diferido	1.204.495,09	1.370.340,44
Imposto sobre o rendimento do exercício	66.448,55	88.263,78
Taxa efectiva de imposto	1,38%	1,63%

IMPOSTO	2013	2012
Imposto corrente do exercício	56.676,26	56.081,94
Imposto diferido gerado no exercício	9.772,29	32.181,84
	66.448,55	88.263,78

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer activo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

	Descrição	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2011	a)	2.032.919,90	2015
Prejuízo Fiscal do ano 2012	b)	5.481.361,75	2017
Prejuízo Fiscal do ano 2013	b)	4.817.980,35	2018
		12.332.262,00	

a) – o prejuízo fiscal do ano de 2011 pode ser deduzido aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2015.

b) - os prejuízos fiscais dos anos de 2012 e 2013 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017 e 2018 respectivamente. A dedução a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respectivo lucro tributável.



O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2013	2012
Perdas de Imparidade	10.159,01	19.931,30
	10.159,01	19.931,30

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 foi como se segue:

	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	19.931,31	52.113,15
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	-9.772,29	-32.181,84
Saldo em 31 de Dezembro	10.159,02	19.931,31

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2010 a 2013 podem ser sujeitas a revisão.



O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.



21. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013			2012		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	132.565,66	-	132.565,66	74.299,82	-	74.299,82
Prestações de Serviços	12.320.051,21	431.080,00	12.751.131,21	10.101.320,96	149.078,69	10.250.399,65
Outros	-	-	-	-	-	-
	12.452.616,87	431.080,00	12.883.696,87	10.175.620,78	149.078,69	10.324.699,47

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2013	2012
D1 - Reparação Naval - militar	11.852.085,48	9.328.328,85
D1 - Reparação Naval - militar internacional	431.080,00	109.143,00
D2 - Reparação Naval - não militar	245.371,83	546.225,00
D3 - Construção	35.800,00	14.400,00
D4 - Manutenção Industrial	48.731,35	106.925,73
D5 - Laboratórios	67.137,39	88.224,94
D6 - Outros	70.925,16	57.151,52
	12.751.131,21	10.250.399,04

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços assinados em 2013:





	Facturação Emitida	Rêdito do Período
Trabalhos Planeados		
NRP - António Enes	1.987.914,02	1.051.594,37 a)
NRP - Zaire	1.399.256,48	1.036.091,84 a)
NRP - Hidra	280.439,52	302.309,99 a)
NRP - Cuanza	960.969,00	960.969,00
		3.350.965,21
Outros trabalhos - SRU'S e Eventuais		8.501.120,27
		<u>11.852.085,48</u>

a) – contratos de prestação de serviços em curso (Nota 28)

22. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2013	2012
I.E.F.P - programa de estágios profissionais	3.177,03	-
POPH	-	2.097,12
Eurovip	7.007,40	25.742,00
	<u>10.184,43</u>	<u>27.839,12</u>

No exercício de 2013 e de 2012, foram recebidas verbas, no âmbito do projecto EUROVIP. Este projecto visa coordenar PME's na área Europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e tecnologias inovadoras nas PME's, através da transferência de serviços, tecnologia e informação, pela colaboração técnica e operacional.

No exercício de 2012 o montante de 3.177,03 €, resulta da celebração de um programa de estágio profissional com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P).





23. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	2013	2012
Subcontratos	295.654,88	576.571,49
Trabalhos Especializados	79.365,52	95.817,61
Publicidade e Propaganda	5.491,19	8.719,01
Vigilância e Segurança	94.293,12	97.537,46
Honorários a)	54.707,00	62.748,33
Conservação e Reparação	63.218,24	90.378,51
Materiais	18.198,17	29.701,46
Electricidade	374.419,48	374.033,92
Combustíveis	41.507,13	60.532,62
Gás	43.678,00	42.459,75
Deslocações, Estadas e Transporte	24.405,31	49.588,55
Rendas e Alugueres b)	236.172,35	243.660,72
Comunicação	22.192,08	28.734,84
Seguros	107.977,20	129.305,88
Contencioso e Notariado	975,49	630,84
Despesas de Representação	13.751,85	8.869,63
Limpeza, Higiene e Conforto	249.545,74	247.744,73
Diversos	45.581,82	16.927,95
	1.771.134,57	2.163.963,30

a) Inclui os honorários da medicina do trabalho no montante de 34.432,00 € (46.440 € em 31 de Dezembro de 2012).

b) Inclui:

	2013	2012
--	------	------



Rendas de aluguer de viaturas (Nota 11)	152.393,51	167.096,61
Renda do contrato de concessão (Nota 15)	64.418,48	51.623,51
Outras	19.360,36	24.940,60
	236.172,35	243.660,72

A rubrica dos Fornecimentos e serviços externos reduziu em 2013 quando comparada com o ano anterior, esta variação está relacionada com os esforços efectuados pela Empresa na racionalização de gastos e na concretização das medidas de redução de despesa prevista na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

24. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	144.730,47	115.252,37
Remunerações do Pessoal	11.569.367,82	10.180.365,51
Encargos sobre Remunerações	2.592.251,22	1.757.891,75
Seguros de Acidentes no Trabalho	148.786,66	144.060,46
Gastos de Acção Social	70.661,22	75.571,96
Outros Gastos com o Pessoal	74.327,31	82.100,09
	14.600.124,70	12.355.242,14

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 o número de pessoas ao serviço da Empresa foi, respectivamente, 561 e 597.

O aumento dos gastos com pessoal no exercício de 2013, quando comparado com o exercício anterior, está relacionado com a reposição dos subsídios (Férias e Natal) aos funcionários do Estado e o aumento da comparticipação da Empresa para a Caixa Geral de Aposentações (2013 - 20% ; 2012 - 15%).

Nos exercícios de 2013 e 2012, foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.



As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração, foram as seguintes:



Conselho de Administração	2013	2012
Remuneração anual - ilíquida	137.529,78	123.252,33
Estimativa Férias e Sub de Férias a pagar em 2013	7.200,69	-
Anulação da estimativa de 2011	-	-7.999,96
	144.730,47	115.252,37
Encargos sobre remunerações	29.285,45	16.486,07
Encargos sobre remunerações - Estimativa	2.294,61	-
Gastos com seguros de saúde	1.474,82	1.229,61
	177.785,35	132.968,05

Nos exercícios de 2013 e 2012 foi aplicado o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

25. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "outros rendimentos e ganhos" têm a seguinte composição:

	2013	2012
Subsídio não monetário - bens concessionados a)	2.857.855,79	2.881.079,31
Outros	49.487,44	89.073,48
	2.907.343,63	2.970.152,79

a) - subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (Nota 18).



26. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:



	2013	2012
Activos Tangíveis (Nota 8)	3.461.870,90	3.418.285,92
Activos Intangíveis (Nota 9)	15.760,69	25.934,28
	3.477.631,59	3.444.220,20

As depreciações dos activos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2013 ascenderam a 2.857.855,79€ (a 2.881.079,31€ em 2012).

27. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros Obtidos de Depósitos	12.986,01	109.434,81
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 15)	349.097,48	348.175,26
	362.083,49	457.610,07

28. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

A data de 31 de Dezembro de 2013 a informação relativa aos contratos de prestação de serviços em curso, pode ser analisada como segue:

	% de Acabamento
NRP - António Enes	18,25%





NRP - Zaire	33,51%
NRP - Hidra	64,95%

	Rédito Total	Facturação Emitida	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por acréscimo de Rendimento
Contratos em Curso	9.319.210,00	3.667.610,02	2.389.996,21	1.299.485,00	21.870,00

	2013
Réditos Acumulados	2.389.996,21
Gastos Acumulados	2.072.233,40
Resultado Acumulado	317.762,81

29. Resultado por Acção

O Resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 foi determinado conforme se segue:

	2013	2012
Resultado líquido do período	-4.890.433,57	-5.494.667,47
Número médio ponderado de acções	6.480.000	6.480.000
Resultado por acção básico	-0,75	-0,85

30. Outras Informações

No decorrer do ano de 2013, e na sequência de acções Administrativas Especiais intentadas pelo consórcio "Slimcei – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos



Industriais, Lda/Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.”, em virtude da resolução sancionatória do contrato de limpezas industriais e movimentação de cargas, adjudicado a coberto do Concurso Público n.º 01/2009, foi a Arsenal do Alfeite, S.A notificada da sentença de absolvição dos pedidos, tendo apenas sido condenada à repetição do acto de audiência prévia referente ao acto administrativo de aplicação de penalidades contratuais.

A esse respeito, ressalva-se igualmente o indeferimento, por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, da Providência Cautelar intentada pelo consórcio (Processo n.º 70/11.6BESNT).

Correu ainda termos, no ano de 2013, a acção executiva interposta no ano anterior pela Arsenal do Alfeite, S.A contra a “Naveiro - Transportes Marítimos, S.A.”, pelo valor de € 329.516,78, referente aos serviços de manutenção naval prestados pelo estaleiro nos navios M/V “Leiria” e “Guimarães”, cujas facturas se encontravam vencidas e não pagos. Até à data do presente relatório, não foi registada qualquer penhora, tendo sido a Arsenal do Alfeite, S.A, ao invés, notificada no âmbito do processo de insolvência da Naveiro, S.A, tendo apresentado a sua reclamação de créditos.

31. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afectem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

32. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Sustentabilidade Ambiental” do Relatório Governo da Sociedade de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Anexo ao Relatório & Contas

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Arsenal do Alfeite, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 110.675.251,51 euros e um total de capital próprio de 84.869.642,16 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.890.433,57 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Arsenal do Alfeite, S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- i) a Certificação Legal das Contas relativa às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com data de 19 de março de 2013, apresenta uma reserva por desacordo relativa à contabilização de subsídios do governo associados à concessão de ativos não correntes depreciables. Em sequência do esclarecimento efetuado pela Comissão de Normalização Contabilística, de 15 de abril de 2013, a Empresa decidiu efetuar o reconhecimento do efeito do imposto a pagar associado aos subsídios obtidos do governo e reexpressou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, pelo que esta reserva já não se aplica;
- ii) conforme referido na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras e tal como em exercícios anteriores, a Arsenal do Alfeite, S.A. apresenta no ativo corrente créditos relativos a financiamentos concedidos à Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., no montante total de 18.132.860,93 euros (incluindo 869.799,26 euros de juros vencidos e 200.000,00 euros relativos a um empréstimo cujo prazo de pagamento é automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses) cujas condições de reembolso não se encontram clarificadas, uma vez que o contrato de mútuo, celebrado em 10 de janeiro de 2013, que atualmente suporta o montante de 17.063.061,87 euros, não prevê as condições de reembolso.

20 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão, o Relatório de governo societário e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 Desde a data da nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. Conforme referido no Relatório de Gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, de acordo com o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, as mesmas foram cumpridas, designadamente as medidas de redução remuneratória, nos termos da lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro. Relativamente ao Relatório de governo societário o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com as orientações previstas no Anexo II do Ofício circular nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, incluindo uma grelha referente às práticas de boa governação societária.

v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) sejam aprovados o Relatório de gestão e o Relatório de governo societário;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

20 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.